

O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO E A QUESTÃO ABOLICIONISTA, 1880-88

Marc Jay Hoffnagel
Professor do Dept. de
História da UFPE

As especificidades regionais do processo abolicionista representam um dos pontos mais discutidos da historiografia brasileira sobre a escravidão e sua supressão. Discussões deste tema têm gerado em torno da atuação dos fazendeiros e políticos do Centro-Sul cafeeiro, especialmente do oeste paulista, de forma que o papel desempenhado pelos proprietários e políticos do Nordeste permanece pouco estudado.

No que se refere à questão de como o Nordeste se inseriu no processo abolicionista no último quartel do século XIX, é possível discernir duas vertentes gerais na produção historiográfica. Para alguns historiadores as condições objetivas criadas pela prolongada crise do setor exportador juntamente com o rápido declínio da população escrava levaram a classe dominante e os políticos das províncias do Nordeste a adotar posições mais favoráveis à extinção da escravidão, uma vez que esta conjuntura propiciava condições para um "abolicionismo precoce", que é assim descrito por Robert Conrad:

Em 1874 mais da metade de todos os escravos do Brasil estavam localizados nas quatro províncias da produção de café e apenas cerca de um terço dos escravos estavam vivendo nas onze províncias do Nordeste. Dez anos mais tarde, quase dois terços dos escravos já se encontravam nas quatro províncias do centro-sul e a porção escrava nas onze províncias do norte fora reduzida para cerca de um quarto do total (...) Uma parte significativa do enorme capital investido em escravos já se desvalorizava ou fora convertida em dinheiro ou outras formas de propriedade.¹

Outros historiadores, embora reconheçam estes fatores, apontam para a existência de um consenso escravista, entre os proprietários de escravos das diversas regiões do país, como José Murilo de Carvalho, por exemplo, que afirma:

No que se refere aos proprietários de escravos da grande lavoura de exportação houve consistente oposição as medidas abolicionistas... Não há evidência de que qualquer grupo significativo de proprietários tenha decidido pela abolição em virtude da convicção quanto a maior produtividade do trabalho livre. Como mostram vários estudos, as libertações em massa se deram nas vésperas da abolição, e isto tanto no vale do Paraíba, como no oeste de São Paulo, como na zona da mata pernambucana. A escravidão foi tida até o final como economicamente compensadora (...)²

No intuito de ampliar a discussão sobre as particularidades regionais a respeito do processo de extinção da escravidão, este trabalho privilegia as dimensões polí-

ticas desta questão, a partir do estudo do comportamento do Partido Liberal de Pernambuco, no período de 1880 a 1888.

Em Pernambuco, a despeito do declínio da população escrava, decorrente da crise de economia agroexportadora, o Partido Liberal manteve, enquanto partido, uma forte oposição a qualquer alteração radical no *status-quo* escravista, oposição esta que nem sempre se apresentou de forma clara e ostensiva. A reação do partido à questão envolveu fatores externos à escravidão em si. Fatores políticos partidários levaram os liberais a não pôr em destaque as hostilidades geradas no seio do Partido quanto às teses antiescravistas defendidas por uma minoria de seus membros, liderada por José Mariano e Joaquim Nabuco.

Qualquer avaliação do comportamento do Partido Liberal em Pernambuco precisa levar em conta as sérias dificuldades internas que afetaram o partido nos anos imediatamente anteriores à eclosão do movimento abolicionista.

Nos anos iniciais da década de 1880, quando o movimento abolicionista começou a ganhar força no país, o Partido Liberal de Pernambuco mal tinha se recuperado de uma prolongada e violenta luta de facções que quase o eliminou como força política efetiva. Esta luta, conhecida como a "guerra entre Leões e Democratas", iniciou-se em 1878 com a ascensão ao poder do Partido Liberal após mais de dez anos de ostracismo político. Longe de constituir um conflito de ordem ideológica ou uma disputa entre divergentes interesses econômicos, a luta travada no seio do Partido foi essencialmente uma disputa pelo controle dos empregos e de outros favores oriundas do Governo Central.

A "guerra entre Leões e Democratas" teve início quando dissidentes, acusando o então chefe do partido, o Barão de Vila Bela (Domingos Sousa Leão) e seu primo e lugar-tenente Luiz Filipe de Sousa Leão, de terem transformado o partido num feudo da família, organizaram o Partido Liberal Democrata e declararam uma guerra contra a oligarquia. A intensidade deste conflito pode ser revelada pela chamada "Hecatombe de Victoria de 1880", disputa eleitoral envolvendo ambas facções que resultou em 16 mortes e provocou uma série de desordens na capital da província.³

A cisão intrapartidária trouxe sérias repercussões políticas. Na eleição geral de 1881 permitiu que os Conservadores ganhassem em seis dos treze distritos eleitorais da província, o que constituiu uma situação anômala para um sistema em que o partido no poder era acostumado a produzir expressivas maiorias eleitorais. Repercussão mais grave ainda foi a destruição, nas palavras do historiador Evaldo Cabral de Melo, das "possibilidades da província exercer um módico de influência na política geral".⁴ Indicador desta situação é o fato que os oito gabinetes liberais organizados entre 1878 e 1889 incluíram apenas seis pernambucanos.

Com a perda de influência em nível nacional, no momento em que a crise econômica do Nordeste tornou o acesso aos favores do governo central progressivamente mais importante para a sobrevivência da elite política pernambucana e dos segmentos da classe dominante que a sustentava, a questão prioritária passou a ser a superação das dificuldades internas do partido. Assim, por volta do início de 1882, as facções aceitaram uma trégua elaborada pelo chefe do gabinete liberal, José Antonio Saraiva, reconhecendo a liderança do senador Luiz Filipe Sousa Leão. Desse modo, os liberais pernambucanos optaram por uma política de prudência e cautela e procuraram evitar qualquer ação capaz de provocar novas divisões dentro do Partido. Foi essa política responsável pela impressão de que o Partido Liberal de Pernambuco agia com certa indiferença quanto à manutenção do sistema escravista.

Inferir, a partir deste comportamento, que os liberais pernambucanos demonstraram menos apego à escravidão que seus congêneres de São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, é um equívoco. Em primeiro lugar, é preciso levar em

conta que os proprietários de terras e escravos representavam a base eleitoral do Partido; em segundo lugar, vale ressaltar que, apesar do declínio da população escrava e da rápida transição para a mão-de-obra livre, estes proprietários não estavam inclinados a apressar o fim do regime escravista.

No caso específico do Partido Liberal de Pernambuco, nossas pesquisas indicam que na década de 80, 60 a 70% dos seus militantes eram donos de terra, a maioria deles oriundos da zona de produção açucareira.⁵ Existem razões suficientemente fortes para supor que estes proprietários não eram indiferentes, e muito menos favoráveis, a medidas que visassem a extinção legal da escravidão.

A despeito da acentuada queda da população escrava em Pernambuco, que chegou a 25% entre 1873 e 1886,⁶ a escravidão longe de representar uma instituição desprezível ainda exerceu um peso considerável na vida econômica da província. Como demonstram vários estudos sobre a desagregação do sistema escravista, o declínio da população escrava não se deu de forma uniforme para todas as propriedades agrícolas.⁷ É de supor, por exemplo, que os engenhos de grande porte de Pernambuco, menos vulneráveis à crise da economia açucareira, tendiam a reter uma maior parte do seu plantel de escravos do que pequenas e médias propriedades. Neles ainda o braço escravo representava um componente importante da força de trabalho. As pesquisas de Jaime Reis revelam que alguns desses senhores-de-engenho até concorreram com os plantadores do Rio de Janeiro e de São Paulo para a compra de escravos.⁸ A este respeito é interessante notar que, mesmo no final da década de 80, alguns senhores-de-engenhos ainda reclamavam que as atividades abolicionistas ameaçavam desorganizar a produção em suas propriedades.⁹

Finalmente, como assinala Décio Saes, a importância da escravidão não pode ser limitada à questão da mão-de-obra. A propriedade de escravos, por servir também como garantia de hipotecas, constituía parte do sistema de crédito da produção açucareira. E era também de importância fundamental para os senhores-de-engenho em dificuldades financeiras, uma vez que eles poderiam compensar suas perdas através da venda de escravos. De acordo com Décio Saes:

Enquanto dispuser de um só escravo e encontrar quem se disponha a comprá-lo, o plantador arruinado será um ferrenho defensor da propriedade escrava. Embora não possa mais utilizar o trabalho escravo, este plantador pode estar plenamente utilizando o trabalho do morador, mas nem por isso será favorável à liquidação da propriedade escrava.¹⁰

Neste sentido é importante notar entre as queixas mais freqüentemente registradas por proprietários de escravos na província, a de que as atividades das sociedades emancipacionistas e abolicionistas ameaçavam "abaixar o preço de avaliação dos escravos até uma cifra ínfima".¹¹

Em Pernambuco, os proprietários concretizaram sua oposição à abolição através da formação de Clubes de Lavoura que, por volta de 1883, podiam ser encontrados em quase todos os municípios da Zona da Mata. Estas associações protestaram junto ao governo central contra os "excessos" dos abolicionistas e insistiram que, qualquer medida referente à libertação dos escravos, deveria se conformar às linhas mestras estabelecidas pela lei do Ventre Livre de 1871, especialmente no que diz respeito à indenização.¹²

Bipartidárias, estas associações contavam com o apoio de vários liberais, como por exemplo, Ambrósio Machado Cunha Cavalcanti, ex-deputado liberal e ferrenho crítico da abolição, pessoa que nos últimos meses do Império tentou arregimentar ex-proprietários de escravos para o recém-formado Partido Republicano de Pernambuco.¹³

A despeito do fato de que donos de terra constituíram a maioria expressiva do Partido Liberal e, apesar das evidências indicando que estes tinham razões suficientes para se opor à extinção da escravidão, um exame da atuação do Partido Liberal de Pernambuco diante da questão abolicionista revela uma certa relutância, por parte de vários liberais, de lutar frontalmente contra as tentativas de alterar o *status-quo* escravista.

Bastante ilustrativo desta tendência é o papel do Partido na crise parlamentar provocada pelo Projeto Dantas de 1884. Como é bem conhecida, a Lei dos Sexagenários proposta por Dantas chocou-se frontalmente com os interesses dos proprietários de escravos. Ao advogar a libertação, sem condições, de todos os escravos que atingissem 60 anos de idade, o projeto violava o que, até então, constituía a base de toda a legislação emancipacionista: libertação com indenização. Além de provocar uma forte reação de vários segmentos da classe dos proprietários, inclusive aquele de Pernambuco, o projeto desencadeou uma profunda crise parlamentar que ia terminar com a queda do governo Dantas, em março de 1885.

A crise iniciou-se em julho de 1884, quando na Câmara dos Deputados, antes mesmo de se discutir o projeto, uma facção dissidente liberal, constituída, em sua maioria, de deputados oriundos das províncias do Centro-Sul, juntou-se à minoria conservadora e votou em favor de uma moção de não-confiança que resultou na dissolução da Câmara e na convocação de novas eleições. A nova Câmara, eleita em dezembro de 1884, embora preeminentemente liberal, não se mostrava mais favorável ao projeto do governo do que a Câmara anterior, e em março de 1885 uma coligação de dissidentes liberais e conservadores votou, mais uma vez, para negar sua confiança a Dantas, o qual, em conseqüência, foi forçado a renunciar.

Tomando por base uma análise desses votos registrados na Câmara dos Deputados, alguns historiadores indicam a existência de uma clivagem regional.¹⁴ Uma vez que um segmento expressivo dos deputados do Centro-Sul cafeeiro votou contra Dantas enquanto representantes do Norte e Nordeste, aparentemente menos hostis à medida do governo, votaram para manter Dantas no poder. Na base deste tipo de análise, somos obrigados a incluir os liberais pernambucanos entre aqueles que apoiavam a Lei dos Sexagenários de 1884, já que em julho desse ano e em março do ano seguinte a bancada liberal pernambucana votou unanimemente em favor do governo. Este apoio prestado pelos liberais pernambucanos, no entanto, não deve ser interpretado como evidência de desinteresse pela preservação da escravatura.

Na realidade, o apoio dado a Dantas pelos pernambucanos tem pouco a ver com a questão da libertação dos sexagenários. Na verdade, com exceção do deputado José Mariano Carneiro da Cunha, já comprometido com o movimento abolicionista, os liberais da bancada pernambucana não simpatizaram com o projeto e o seu apoio a Dantas se deve, exclusivamente, a questões político-partidárias. Temerosos que uma nova eleição pudesse provocar uma recrudescência da luta faccional entre Democratas e Leões, e receosos de que a queda de Dantas pudesse resultar na sua substituição por um conservador, o chefe do Partido, Luiz Filipe de Sousa Leão, latifundiário e dono de um grande plantel de escravos, instruiu a bancada para votar contra as moções de não-confiança submetidas pelos representantes do Centro-Sul, não porque concordasse com as medidas reformistas propostas pelo governo, mas para, nas suas palavras "preservar a unidade do nosso partido".¹⁵ Neste sentido, é importante anotar que posteriormente, quando membro do gabinete Saraiva, o senador pernambucano patrocinou uma nova versão do projeto de 1884, uma versão muito mais favorável aos interesses escravocratas.

Ainda mais reveladora da opinião dos liberais com relação à legislação emancipacionista, rejeitada pela maioria da Câmara em 1885, é o fato de que vários deles expressaram sérias reservas em torno do Projeto Dantas e declararam sua in-

tenção de modificá-lo. Assim, quando o deputado Ulysses Viana argumentou contra a decisão da Câmara de negar sua confiança ao governo, ele defendeu sua posição dizendo que a remoção de Dantas pela Câmara, antes de discutir o seu projeto de lei, constituía uma violação do seu "direito de emendar, modificar e alterar o projeto do Governo." 16

As declarações de vários liberais que concorreriam na eleição geral de 1884 deixou claro que modificações no sistema escravista contidas no projeto do governo não agradavam os liberais pernambucanos. Sigismundo Gonçalves, numa carta circular dirigida aos eleitores dos municípios de Jaboatão, Cabo e Ipojuca, anunciou que embora tivesse votado com o governo na sessão legislativa de 1884, permanecia um adepto do "emancipacionismo gradual" e, uma vez eleita, a nova Câmara votaria contra qualquer medida "que não protegesse os direitos legítimos dos proprietários." 17 Pedro Beltrão, candidato para reeleição no 6º distrito, formado pelos municípios de Vitória de Santo Antão e Escada (distrito que contava com mais de 6 000 escravos), declarou que seus votos na Câmara não refletiam sua opinião sobre a questão servil, mas foram motivados por sentimentos de "solidariedade partidária". Tais sentimentos, ele assegurou aos eleitores do distrito, não alteravam o fato de que "minha primeira lealdade recaía sempre com a classe agrícola, a que tenho a honra de pertencer", e de que "não aceito o Projeto Dantas na sua integralidade". 18 Outros candidatos, tais como Epaminondas de Melo, Ulysses Viana e A.A. Sousa Carvalho, expressaram receios sobre a extinção da escravidão em geral e a lei dos Sexagenários de 1884, em particular. Este último, por exemplo, declarou que embora sendo favorável "ao fim da escravidão", só apoiaria legislação que conformasse a lei 1871, isto é, garantisse os senhores de escravos contra a perda de sua propriedade sem indenização. 19

Fica claro, portanto, que os votos registrados na Câmara pelos liberais pernambucanos em julho de 1884 e março de 1885, não representam um indicador fiel das opiniões sobre o projeto emancipacionista do governo Dantas e muito menos sobre a questão da extinção da escravatura em geral.

Se ao longo da controvérsia gerada pela legislação emancipacionista, introduzida pelo gabinete de 1884, os liberais pernambucanos não apresentavam claramente sua oposição ao abolicionismo, não era porque fossem "menos apegados" ao sistema escravista, mas porque tinham menos condições políticas de lutar abertamente contra as iniciativas do governo.

O Partido Liberal de Pernambuco era dependente do poder central, cujos favores, principalmente na forma de empregos públicos, tornaram-se progressivamente mais importantes, como uma forma de assistência econômica à elite da Província. Tal condição de dependência foi agravada pelo seu enfraquecimento, em decorrência das lutas entre Democratas e Leões, ainda não inteiramente superadas, e da ameaça de novas divisões, entre uma minoria de liberais abolicionistas e a ala rural do Partido. Diante dessa conjuntura, seus dirigentes foram compelidos a elaborar uma estratégia política que proporcionasse um mínimo de unidade e garantisse acesso aos favores dispensados pelo governo imperial. Assim, atender aos anseios reformistas do governo Dantas e ao mesmo tempo resguardar os interesses específicos da classe dominante da província, constituía o principal problema do Partido Liberal.

Ilustrativo dessa situação foi a decisão de Luiz Filipe Sousa Leão em aceitar a candidatura do líder abolicionista, Joaquim Nabuco, durante a eleição de 1884. Eleição que, devido às circunstâncias especiais responsáveis por sua convocação, constituiu uma espécie de plebiscito em torno da conveniência de uma legislação que ultrapassasse os estreitos limites da lei Rio Branco de 1871.

O apoio de Luiz Filipe se deu porque Sancho de Barros Pimentel, presidente de Pernambuco, escolhido por Dantas para supervisionar os preparativos eleitorais, exigiu que Joaquim Nabuco fosse incluído na chapa do Partido Liberal, como candidato do 11º distrito.²⁰

O apoio de Luiz Filipe à candidatura de Nabuco nos municípios de Brejo, Caruaru e Limoeiro, mesmo sendo uma área rural afastada da zona de produção açucareira, constituía uma afronta aos proprietários de terras e escravos que poderia vir a enfraquecer a base eleitoral do partido da zona da Mata. Por outro lado, recusar o pedido do representante pessoal de Dantas implicaria uma ruptura com o governo e resultaria na perda da patronagem que alimentava a lealdade partidária desta mesma clientela. O dilema do chefe liberal foi resumido no jornal *O Tempo* da seguinte forma:

‘Se o chefe liberal aceitar a candidatura de Nabuco para agradar o Governo, todos os candidatos liberais serão atingidos pelo contágio do abolicionismo e será suspeito de favorecer o programa do ministério, um programa que poderá levar-nos ao comunismo’.²¹

Segundo o seu próprio relato dos acontecimentos, Luiz Filipe, no primeiro momento recusou-se a aceitar o nome de Nabuco, justificando sua atitude em vista das “circunstâncias da província e das opiniões adiantadas (de Nabuco) a respeito da questão servil”.²² No final, porém, pressões do governo central provaram ser mais fortes que os receios de Luiz Filipe de alienar os proprietários de escravos. Barrado do palácio do governo, vendo, nas suas palavras, “até os mais insignificantes dos meus pedidos sendo ignorados”, o Senador foi forçado a ceder insistindo, porém, que o líder abolicionista em vez de candidatar-se no 11º distrito, entrasse na chapa como candidato do 1º distrito da capital, “onde a ausência de uma classe agrícola poderá favorecer sua vitória”.²³ Ainda para eliminar qualquer suspeita de que a presença de Nabuco significasse que o Partido concordava com as propostas reformistas do governo, Luiz Filipe mandou imprimir uma circular dirigida aos eleitores comunicando que “a combinação dos candidatos liberais não entende com a questão servil e atende somente as conveniências do Partido”.²⁴

Quando os constrangimentos políticos que atuavam sobre o Partido Liberal tendiam a diminuir, sua oposição às medidas consideradas injuriosas aos proprietários se tornava mais clara. Assim, com a substituição do gabinete Dantas por um gabinete liberal chefiado por José Antonio Saraiva, aliado político de Luiz Filipe, a maioria da bancada liberal pernambucana não hesitou em prestar apoio a um projeto emancipacionista que “serviu, principalmente, como instrumento de apoio aos escravistas”.²⁵ Como é bem conhecido, o novo projeto destoava do original patrocinado por Dantas, em 1884. Entre as modificações introduzidas constatava-se: a exigência de que os escravos sexagenários prestassem mais três anos de serviços como forma de indenização aos seus donos; a valorização oficial do preço de escravos libertados pelo Fundo de Emancipação, e o estabelecimento de penas criminais para pessoas livres que abrigassem escravos fugitivos. No curso do debate sobre a nova lei, toda a bancada pernambucana, menos José Mariano e Joaquim Nabuco, juntou-se aos representantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para aprovar o novo texto.

O refreamento do movimento abolicionista após a passagem da Lei Sexagenária de 1885/86 permitiu que os liberais de Pernambuco redobrassem suas tentativas de evitar a contínua erosão da força política do seu partido. De fato, a situação do Partido Liberal, em Pernambuco, ia de mal a pior. Apesar da trégua entre Leões

e Democratas efetuada em 1882, tensões entre as duas facções persistiram de forma que nas eleições de 1884 o partido só conseguiu eleger 7 dos seus 13 candidatos. Em junho do ano seguinte o número de liberais pernambucanos no Parlamento foi reduzido ainda mais com a decisão da Câmara de anular a eleição de Joaquim Nabuco e empossar seu adversário do Partido Conservador. Se isso representava uma vitória para as forças escravocratas da Câmara, não deixava de constituir um golpe contra o prestígio de Luiz Filipe Sousa Leão como chefe do Partido e membro do gabinete Saraiva.

Nestas circunstâncias, vários liberais pernambucanos, inclusive alguns ligados à posse de terras e escravos, foram capazes de colocar suas preocupações políticas acima dos seus receios em torno da campanha antiescravista. Isto ficou evidenciado pela volta de Nabuco à Câmara dos Deputados em menos de um mês após sua expulsão. Surpreendentemente, o líder abolicionista voltou a integrar-se à bancada pernambucana, não como o representante do Recife, foco do movimento abolicionista da província, mas como deputado eleito para preencher a vaga criada com a morte do deputado liberal Epaminondas de Melo, do 5º distrito eleitoral, localizado na Zona da Mata, distrito que englobava os municípios de Nazareth e Bom Jardim e contava com mais de cinco mil escravos em 1882.²⁶

Em 1884, um jornalista abolicionista atribuiu a vitória de Epaminondas de Melo aos votos dos "fidalgos liberais que, com seu dinheiro e escravos, conseguiram o eleger como seu representante na Câmara dos Deputados".²⁷ Como é pouco provável que esses "fidalgos" tivessem sofrido uma repentina conversão ao movimento abolicionista, é preciso buscar uma explicação alternativa para a eleição de Nabuco. A sua escolha ilustra o peso das considerações políticas na dinâmica do processo decisório dos Liberais com respeito à questão abolicionista. Quando uma recrudescência de conflito entre Democratas e Leões no 5º distrito ameaçava resultar em mais uma vitória para o Partido Conservador, vitória essa que reduziria o número de liberais na bancada Pernambucana a uma minoria de cinco, alguns chefes locais resolveram apoiar o nome de Nabuco. Desta forma procuraram garantir a eleição de um Liberal, vingar-se do Partido Conservador pela expulsão de Nabuco da Câmara dos Deputados, e, o que é mais importante, fortalecer a posição de Luiz Filipe como Ministro. Pelo menos esta foi a explicação dada por Emirio Coutinho, o candidato "Leão" que retirou sua candidatura em favor de Nabuco. Numa carta ao Luiz Filipe, Coutinho explicou que a retirada do seu nome se devia às "intrigas dos Democratas" que ameaçavam sua eleição, à "contrariedade pela derrota de Nabuco na Câmara dos Deputados e às demonstrações que os Conservadores deram de contentamento".²⁸ O Visconde de Guararapes ofereceu uma explicação semelhante, este proprietário de vários engenhos e chefe político da paróquia de Vicência, informou ao Senador pernambucano que decidiu angariar votos para Nabuco, "não porque concordo com as suas opiniões, mas porque sei que é preciso levantar o nosso partido e tanto mais estando V. Excia. no Ministério".²⁹

Com a revitalização do movimento antiescravista a partir de 1886, tornou-se progressivamente mais difícil para os dirigentes do Partido relegar a questão de escravidão para um segundo plano. Assim, em setembro daquele ano, quando José Mariano Carneiro da Cunha sugeriu a Luiz Filipe que as antigas facções Liberais se unissem em torno de uma "bandeira de combate" claramente antiescravista, o chefe do partido deixou claro que embora reconhecesse a necessidade de uma união mais estreita entre os Liberais da província, não estava a fim de transformar o Partido num bastião do abolicionismo. A pauta de reformas apresentada por Mariano incluía a aprovação, pelo Partido, de um projeto da autoria de Souza Dantas estabelecendo um prazo máximo de cinco anos para a extinção da escravidão. Também Mariano exigiu que o Partido reivindicasse mudanças na estrutura fundiária do país através

da "promulgação de leis democráticas que consorciem os interesses de capital e solo com o trabalho livre".³⁰ Luiz Filipe encarou ambas medidas como "soluções extremas". Para ele a Lei dos Sexagenários do gabinete Saraiva, do qual fazia parte, ainda representava a solução mais adequada ao "problema servil" de forma que não podia "reconhecer a necessidade da sua revogação". A respeito da questão da terra, o líder Liberal desconfiava que a sugestão de Mariano "pode obrigar a um desenvolvimento que roce pelos raios de socialismo de que me conservo muito distanciada"³¹

A radicalização das atividades abolicionistas por volta de 1887, provocou uma reação de desespero e alarme no seio da classe dominante da província, levando o Partido a endurecer sua resistência aos expoentes do abolicionismo. Indicador do novo clima criado pelas fugas de escravos estimuladas pelo Clube do Cupim e outras associações abolicionistas, é o seguinte depoimento de um senhor-de-engenho:

Raro é o proprietário de escravos que não tenha a maior parte deles fugidos. Não há meios, por mais violentos que sejam, que não empregaram os corifeus do abolicionismo, para forçarem os senhores a libertarem seus escravos.³²

Esta radicalização do movimento não pôde deixar de produzir efeitos dentro do Partido Liberal. O *Jornal do Recife* recentemente adquirido por Luiz Filipe para servir como veículo oficial do Partido Liberal, anunciou em abril de 1887, que o Partido Liberal só aceita o "emancipacionismo gradual e legal", e que "o Partido Liberal desta província nunca ia sucumbir às exigências desordenadas do povo"³³ Ao longo do ano de 1887 e por boa parte do ano seguinte, o jornal lançou uma série de críticas ao movimento abolicionista, cujos adeptos são acusados de fomentar "rebelião", "indisciplina" e "insubordinação" entre os escravos da província.³⁴

A evidência sugere que nesta nova conjuntura o próprio Luiz Filipe se tornou alvo de críticas por parte dos senhores de escravos do seu partido. Em setembro de 1887 quando os abolicionistas indicaram Joaquim Nabuco como candidato liberal numa eleição realizada no Recife, vários proprietários exigiram que o chefe Liberal repudiasse tal candidatura. O Barão de Araripe e outros senhores-de-engenho, falando em nome de grande parte da "classe agrícola" de Ipojuca e Escada chegou a ameaçar de abandonar o Partido se Luiz Filipe e/ou o *Jornal do Recife* prestasse qualquer apoio ou reconhecesse a candidatura Nabuco.³⁵

Como estas ameaças indicam, mesmo antes da abolição final da escravidão, uma parcela dos proprietários liberais já havia perdido a confiança na habilidade do seu partido em defender seus interesses. Esta crescente falta de confiança não passou despercebida ao recém-formado Partido Republicano, que a partir de 1887 iniciou uma campanha para alistar estes proprietários ressentidos. Praticamente inexpressivo, no início de 1887, o Partido Republicano cresceu consideravelmente devido ao ingresso de plantadores. Um levantamento do quadro deste partido revela que entre o final de 1887 e 15 de novembro de 1889 um pouco menos de 100 senhores-de-engenho alistaram-se à causa republicana. Além do mais, uma parcela significativa deles parecia ter sido oriunda do Partido Liberal, uma vez que foi a imprensa liberal que mais se empenhou em denunciar o Partido Republicano por aliciar os proprietários da província que não se conformavam com a extinção da escravidão.³⁶

Significativamente foi o ex-chefe Liberal de Ipojuca e fundador do Clube de Lavoura do mesmo município, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti que se achou entre os primeiros a alistar-se na causa republicana. Insistindo que "fomos dura e desposticamente espoliados de nossa propriedade" este senhor-de-engenho, temeroso que o fim da escravidão representasse apenas a primeira de uma série de reformas, prometidas pelos abolicionistas, com conseqüências mais graves do que a

libertação dos escravos, denunciou o governo imperial como “vacilante e indeciso no meio das exigências disparatadas dos exaltados e anarquistas de um e de outro partido”.³⁷

Não há dúvida de que, como membro do Partido Liberal, este defensor ferrenho da propriedade escrava teve ocasião de aprender o que historiadores estão começando a apreciar: isto é, que os partidos políticos que atuaram no império nem sempre funcionaram como os representantes diretos dos interesses da grande lavoura ao qual eram intimamente ligados. Este estudo do Partido Liberal de Pernambuco e a sua reação ao movimento abolicionista revelam que para as elites políticas da província a preocupação com a conservação do poder político, poder este que garantia seu acesso aos empregos, comissões, promoções e nomeações oriundas do governo central, podia em determinados momentos ofuscar a defesa dos interesses econômicos da classe dominante açucareira, para quem a conservação de propriedade escrava constituiu um importante mecanismo de sobrevivência econômica. Quando o seu acesso ao poder era ameaçado, os Liberais tendiam a dar prioridades aos seus interesses políticos, mesmo quando isso implicava em “concessões ao abolicionismo”. Mas, quando a situação política oferecia condições propícias para agir em favor da conservação de escravidão, ou quando a hostilidade gerada no seio da classe dominante pelo movimento antiescravista chegou ao ponto de colocar a sobrevivência do Partido em perigo, estes Liberais não hesitaram em lutar abertamente em favor da sobrevivência do regime escravista.

Esta ambigüidade, antes de constituir uma espécie de “abolicionismo precoce” é reveladora do crescente distanciamento entre os interesses econômicos do império e a classe política, um distanciamento que resultará na queda do próprio regime político poucos meses após a abolição da escravatura.

NOTAS

1. CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1885-1888* Berkeley, University of Califórnia Press, 1972. pp. 62 - 63.

2. CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial* São Paulo, Vértice, 1988. p. 77.

3. Para uma discussão mais detalhada deste conflito, consulte Marc Jay Hoffnagel, *From Monarchy to Republic in Pernambuco, 1868-1895* (Ann Arbor, Michigan, University Microfilms International, 1975) pp. 21-60.

4. MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871 - 1889* São Paulo, Nova Fronteira, 1984. P, 183.

5. Esta estimativa é o resultado de uma comparação entre as listas de Liberais que participaram nas reuniões do Partido no Recife de maio de 1882 e de junho de 1889, com dados ocupacionais contidos nos almanaques da província de Pernambuco para o período de 1878 - 1886. Para uma discussão sobre a composição dos partidos imperiais ao nível nacional consulte José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial* (Brasília, UNB, 1981). Segundo este autor, “o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalização de burocratas e donos de terra ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma

coalação de profissionais liberais e donos de terra." Carvalho José Murilo de. *A Construção da Ordem*, p. 165.

6. EISENBERG, Peter. *The Sugar Industry in Pernambuco: Modernization without Change, 1850 – 1910* Berkeley, University of California Press, 1974, p. 147.

7. Sobre a importância de escravidão em regiões onde a economia de exportação se encontrava em crise, consulte Décio Saes, *A Formação do Estado Burguês no Brasil, 1888 – 1891* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 p.p. 203-207 No caso específico de Pernambuco, consulte Jaime Reis, "Abolition in Northeast Brazil". Glasgow University, Institute of Latin American Studies, *Occasional Papers*, nº 11, s.d.

8. Saes, op. cit., pp. 204 – 205.

9. *Jornal do Recife*, 22 de setembro de 1887.

10. Saes, op. cit., p. 205.

11. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Sessão de 9 de agosto de 1883, p. 55.

12. Eisenberg, op. cit., p. 168.

13. Sobre as atividades deste senhor-de-engenho e chefe liberal consulte Marc Jay Hoffnagel, *From Monarchy to Republic*, pp. 49 – 53 e "O Movimento republicano em Pernambuco, 1870 – 1889" *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* 49 (1977), pp. 49 – 50.

14. Conrad, op. cit., pp. 220 – 222.

15. *Jornal do Recife*, 9 de agosto de 1887.

16. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, sessão de 17 de abril de 1885, pp. 316 – 317.

17. *Jornal do Recife*, 04 de outubro de 1884

18. *Diário de Pernambuco*, 05 de novembro de 1884.

19. *Ibid.*

20. Documentos do próprio punho do cons. Luiz Filipe de Souza Leão relatando conferências políticas com o Sr. Sancho de Barros Pimentel. Recife, 04 de setembro de 1884. Arquivo Sousa Leão. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ASL/IHGB).

21. *O Tempo*, 02 de outubro de 1884.

22. Documentos do próprio punho do Cons. Luiz Filipe de Sousa Leão. 04 de setembro de 1884 (ASL/IHGB).

23. Documentos do próprio punho de Cons. Luiz Filipe de Sousa Leão. Conferências com Sr. Sancho de Barros Pimentel. Recife, 02, 04, 05 de outubro de 1884 (ASL/IHGB).

24. **Diário de Pernambuco**, 05 de novembro de 1884.

25. Vilma Paraiso Ferreira de Almada, **Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850 – 1888** Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 200.

26. Relação do número de escravos existentes até esta data nos municípios abaixo declarados, compreendidos na distribuição da 1ª, 2ª e 3ª quotas do Fundo de Emancipação. Contadoria da Tesouraria da Fazenda em 28 de junho de 1882 e de 30 de junho de 1883. Tesouraria da Fazenda 1882, Coleção de Manuscritos, Tesouraria da Fazenda, 1850 – 1890, Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

27. **Jornal do Recife**, 04 de outubro de 1884.

28. Dr. Emílio César Coutinho para Luiz Filipe de Sousa Leão, 21 de junho de 1885 (ASL/IHGB). Veja também, *Ao Livre Eleitorado do 5º Distrito Eleitoral da Província de Pernambuco* (Recife, 1885), pp. 4 – 5.

29. Visconde de Guararapes para Luiz Filipe de Sousa Leão, 11 de junho de 1885 (ASL/IHGB).

30. **A Província**, 03 de agosto de 1886.

31. Luiz Filipe de Sousa Leão para José Mariano Carneiro da Cunha, 17 de agosto de 1886 (ASL/IHGB).

32. Barão de Lucena para Barão de Cotegipe, Recife 10 de outubro de 1887. Arquivo Barão de Cotegipe, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ABC/IHGB).

33. **Jornal do Recife**, 01 de abril de 1887.

34. **Jornal do Recife**, 03 de julho de 1887; 02 de setembro de 1887; 07 de outubro de 1888.

35. **Jornal do Recife**, 02 de setembro de 1887.

36. **A Província**, 23 de maio de 1888, 31 de maio de 1888; 19 de junho de 1888.

37. **A província**, 16 de março de 1889.

